



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DE SÃO BERNARDO
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS/SOCIOLOGIA

MOISES VIEIRA TRINDADE JUNIOR

**A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 NO LIVRO DIDÁTICO HISTÓRIA
SOCIEDADE E CIDADANIA E SEUS DESAFIOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

SÃO BERNARDO - MA

2026

MOISES VIEIRA TRINDADE JUNIOR

**A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 NO LIVRO DIDÁTICO HISTÓRIA
SOCIEDADE E CIDADANIA E SEUS DESAFIOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia, do Centro de Ciências de São Bernardo, da Universidade Federal do Maranhão, como requisito final para a obtenção do título de licenciado em Ciências Humanas/Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Josenildo Campos Brussio

SÃO BERNARDO - MA

2026

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Trindade, Moises Vieira. A implementação da Lei 10.639.03 no livro didático história sociedade e cidadania e seus desafios na educação básica / Moises Vieira Trindade. - 2026. 27 p.

Orientador(a): Josenildo Campos. Curso de Ciências Humanas - Sociologia, Universidade Federal do Maranhão, São Bernardo, 2026.

1. Lei 10.639.03. 2. Livro Didático. 3. Implementação. 4. Racismo. I. Campos, Josenildo. II. Título.

MOISES VIEIRA TRINDADE JUNIOR

A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 NO LIVRO DIDÁTICO HISTÓRIA SOCIEDADE E CIDADANIA E SEUS DESAFIOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia da Universidade Federal do Maranhão, como requisito final para a obtenção do título de licenciado em Ciências Humanas/Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Josenildo Campos Brussio

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Josenildo Campos Brussio (Orientador)
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof. Ma. Maria de Fátima Batista Vieira
Curso de Ciências Humanas-Sociologia (CCSB/UFMA)

Prof. Dr. Hugo Freitas de Melo - Curso de Linguagens
e Códigos-Língua Portuguesa (CCSB/UFMA)

DEDICATORIA

Dedico este trabalho ao meu Deus a quem sempre estive comigo depositando suas promesas sobre minha vida.

Dedico também a minha família que sempre me aconselhou para não desistir de lutar por meus sonhos, meu filho querido, Moises Neto, meu pai e minha mãe que me deram uma boa educação do qual me tornei a pessoa que sou hoje. Meus irmãos que sempre me ajudaram a vencer minhas deficiências de aprendizagem.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus por até aqui ter me ajudado nessa jornada cheia de muitos desafios, mas sempre lá no fundo, sabia que ia chegar até aqui. Sou grato à minha esposa Layane Trindade e meu filho, Moisés Neto, que foram o combustível para lutar em busca dessa conquista.

Agradeço a meu pai e minha mãe que quando criança lembraram-me que era um sonho ter alguém na família com um curso superior, e hoje isso se torna verdade.

Aos amigos que fiz ao longo dessa jornada acadêmica do qual compartilhamos muitos momentos de aprendizado e e muitas experiências, como Denilson e Nazareno, que muitas das vezes, viravamos noites nos estudos. Todas essas coisas serviram com um combustível para não desistir e sim prosseguir nesses longos anos.

Agradeço especialmente ao meu orientador, professor Dr. Josenildo Campos Brussio, por ministrar uma disciplina tão rica em conhecimento como *Educação para a diversidade*, que despertou meu interesse em desenvolver um trabalho sobre o ensino da cultura africana e afro-brasileira no livro didático de História. Sua orientação e paciência, sua força de não desistir de seu orientando, foram indispensáveis para a construção e realização deste trabalho.

Por fim, manifesto minha sincera gratidão à todos os professores do curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia da Universidade Federal do Maranhão. Em especial, os professores Dr. Whashington Tourinho Junior e Dr. Josenildo Campos Brussio por cada aula ministrada que me provocaram a refletir sobre o meu objeto de estudo. Esse trabalho é um reflexo de cada um de vocês – professores - que se empenhavam em ministrar não apenas aulas, mas olhares sociais diferenciados e importantes para todos nós, alunos. Obrigado!

A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 NO LIVRO DIDÁTICO HISTÓRIA SOCIEDADE E CIDADANIA E SEUS DESAFIOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Moises Vieira Trindade Junior¹
Josenildo Campos Brussio (orientador)²

RESUMO: O presente trabalho faz uma análise da implementação da Lei 10.639/03 no livro didático de história do 6º ano do ensino fundamental da cônica Néstor de carvalho cunha, no município de São Bernardo/MA. Trata-se de uma pesquisa exploratório-descritiva, em que a partir de questionamentos sobre a formulação e estruturação da educação municipal para desenvolver e inserir a Lei 10.639/03, que se torna obrigatória o ensino de culturas africanas e afro-brasileiras a partir do livro didático de história do 6º ano do ensino fundamental da referida escola. Partindo dessas premissas, pretendemos investigar não apenas como a lei se encontra no livro didático de história, mas também como é desenvolvida na escola e pelos professores. Pretenderemos trazer uma breve análise de como o processo colonizador ocidental introduziu elementos determinantes que pretendiam ressignificar e descaracterizar as culturas africanas, criando um discurso marginal sobre os povos africanos. Para a construção desta pesquisa utilizamos como referencial teórico: artigos científicos, monografias, livros, dissertações. A partir de então, destacaremos como se deu a implementação da Lei 10.639/03 no livro de história do 6º ano do ensino fundamental da referida escola, destacando pontos positivos e negativos.

Palavras-chave: Lei 10.639/03, Livro didático, História, Implementação.

ABSTRACT: This paper analyzes the implementation of Law 10.639/03 in the history textbook for the 6th grade of elementary school at Canon Néstor de Carvalho Cunha, in the city of São Bernardo/MA. This is an exploratory-descriptive research, which, based on questions about the formulation and structuring of municipal education, aims to develop and insert Law 10.639/03, which makes the teaching of African and Afro-Brazilian cultures mandatory in the history textbook for the 6th grade of elementary school at the aforementioned school. Based on these premises, we intend to investigate not only how the law is found in the history textbook, but also how it is developed in the school and by teachers. We intend to provide a brief analysis of how the Western colonization process introduced determining elements that intended to resignify and decharacterize African cultures, creating a marginal discourse about African peoples. To construct this research, we used as theoretical references: scientific articles, monographs, books, dissertations. From then on, we will highlight how the implementation of Law 10.639/03 took place in the history book of the 6th grade of elementary school in the aforementioned school, highlighting positive and negative points.

Keywords: Law 10.639/03, Textbook, History, Implementation.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho vem problematizar como a Lei 10.630/03, fruto da luta de movimentos sociais do negro no Brasil, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira na rede de ensino pública e privada, traz para o seio escolar o combate ao racismo e a discriminação racial, e como a devida lei se apresenta no livro didático de História. quando tivemos a oportunidade de perceber qual livro didático é aplicado em sala de aula e que ideologias sobre a imagem do negro e da África apresenta aos alunos.

¹ Discente do Curso

²

Sabemos que o livro didático é um espaço de conhecimentos visitado pelos alunos por um longo período de sua formação e concepção social, que em muitos casos em nosso país, dadas as condições socioeconômicas de muitos estudantes, principalmente, da rede pública, torna-se a única ferramenta de ensino e pesquisa para os alunos, e que recorrentemente, em muitas escolas, sequer essa ferramenta pedagógica essencial se torna acessível para quem é de direito.

Para a construção desta pesquisa temos como base inicial a disciplina *Educação para a Diversidade*, ministrada pelo prof. Dr. Josenildo Campus Brussio, no quinto período do Curso de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Maranhão, Campus São Bernardo, ano de 2020, que veio reforçar a história e luta dos movimento negro, construindo assim uma visão crítica sobre como a Lei 10.639/03 e como é desenvolvida no livro didático *História, Sociedade e Cidadania*, de história do sexto ano do ensino fundamental, tendo como autor Dr. Alfredo Boulos Júnior.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa e bibliográfica, de caráter exploratório-descritivo, dividida em duas fases de execução: na primeira, realizamos o levantamento bibliográfico sobre o referencial teórico para a revisão de literatura; na segunda, a coleta e análise dos dados bibliográficos para a elaboração dos resultados alcançados.

Como referencial teórico para dialogar sobre a temática, utilizamos autores como: Munanga (2019), Tourinho Júnior (2015), Bourdieu (2007), Mudimbe (2019), Freitag (1997), além de vários outros autores e artigos científicos que embasaram o nosso estudo.

A presente pesquisa foi instigada a partir da experiência vivenciada no estágio supervisionado do Ensino Fundamental I na Escola Cônego Nestor de Carvalho Cunha, na cidade de São Bernardo, interior do estado do Maranhão, a cerca de 380 km da capital São Luís, quando tivemos a oportunidade de estagiar e observar algumas dificuldades na forma como o ensino de História era desenvolvido em sala de aula.

Desde então, percebemos a importância de se trabalhar, com os alunos, a história do negro presente no livro didático, não de uma forma descritiva, mas sim de forma relacional, contextualizada com seus conflitos sociais.

Por essa razão, nesta pesquisa, apresentamos uma análise de como se apresenta a implementação da Lei 10.639/03 no livro didático de história intitulado *História, Sociedade e Cidadania*, da editora (FDT) (2018), utilizado na rede pública do município de São Bernardo.

Assim, a pesquisa divide-se em três seções estruturadas na seguinte maneira: a) Revisão de literatura: preconceito, discriminação e racismo no sistema educacional, b) A importância do ensino da Cultura Africana e Afro-brasileira, e o papel da escola no combate ao

racismo e discriminação; e c) A Lei 10.639/03 no livro didático de história do sexto ano do ensino fundamental.

PRECONCEITO, DISCRIMINAÇÃO E RACISMO NO SISTEMA EDUCACIONAL

O que é o racismo? O que é a discriminação? De que forma se dá o racismo na sociedade brasileira? Qual o papel do livro didático de história no fortalecimento das culturas africanas? Essas e outras perguntas ao longo da nossa caminhada como agentes educadores vêm a nossa mente e corremos em busca de respostas que sejam plausíveis, pois constantemente estereótipos foram e são criados a fim de desvincular o homem negro e a mulher negra da sociedade. Por isso, buscamos constatar a partir da análise feita no livro didático de história do Ensino Fundamental da rede pública do município de São Bernardo de qual maneira aborda em sua aplicação teórica os conteúdos afro-brasileiros.

Sabe-se que o livro didático é um instrumento de suma importância para a formação do aluno e seu desenvolvimento cognitivo, pois em muitos casos se torna a única ferramenta de extração de conhecimento e pesquisa disponível ao aluno na escola. “Se com o livro didático, o ensino no Brasil é sofrível, sem ele será incontestavelmente pior” (Freitag, 1997).

Claro que hoje os alunos dispõem de uma ferramenta poderosíssima a seu dispor: a internet que a cada dia se torna mais frequente na formação do conhecimento dos alunos, principalmente na falta ou atraso do livro didático, as mídias sociais servem como suporte para a construção do conhecimento.

Sem sombra de dúvida podemos dizer que existe uma grande parceria do livro didático com todas as formas de pesquisas e conteúdos entre alunos, professores, sendo uma das principais bases de disseminação de valores culturais. Nisto se pretende destacar que não se tornam suficientes apenas o desenvolvimento de capítulo, compondo vinte e uma páginas, que apresentam o homem negro e a mulher negra como um povo dotados de uma história de muito sofrimento e dor. De fato, essa visão não está errada, mas procede de argumentos incompletos que colocam o povo negro sempre em condição de inferioridade e incapacidade de desenvolvimento intelectual, social, econômico e cultural.

Segundo Silva (2008.p,12), a primeira imagem que nos vem à mente, quando falamos de África, é a de uma floresta escura, que a luz do sol não atravessa, e cheia de insetos e de animais perigosos. De forma nenhuma, pretendemos ser negacionistas ou minimizarmos os fatos históricos de dor e sofrimento do negro no Brasil e no mundo, mas não podemos destacar que a cultura africana se define apenas em dor e sofrimento.

A África, ou melhor dizendo as Áfricas, não se definem apenas em um país e sim um continente, com 54 países, carregado de manifestações culturais e religiosas, do qual suas culturas não se alojaram apenas em seus territórios, mas se expandiram por todo o mundo. Estes pontos são omitidos no livro didático de história, motivo desta pesquisa.

O livro didático de história deve ser o mediador entre as diversas culturas, trazendo assim uma identificação com as mais variadas classes da sociedade, intervindo no racismo e a discriminação e fortalecendo o bem social, mas comum, a linguagem. Segundo Munanga (2005, p. 9), a linguagem é uma das manifestações mais próprias de uma cultura, longe de ser apenas um veículo de comunicação objetiva, ela é testemunho das experiências acumuladas por um povo, mediante o processo e ensino do qual passamos uma parte de nossa vida inseridos nele.

Para Munanga (2005), é inevitável mesmo que, consciente ou inconscientemente, desenvolvamos argumentos racistas e discriminatórios, pois somos produtos de uma educação racista e discriminatória, que permeiam assim em nossa sociedade, e tem se propagado desastrosamente. Pois o combate ao racismo e a discriminação precisam ser diários. A estrutura educacional brasileira estar baseada não somente em análises eurocêntricas, mas com formas e modelos eurocêntricos. Provindas destas bases é enaltecida a imagem do homem branco como sendo o herói conquistador, enquanto a imagem do homem negro e da mulher negra se destacam de maneira inferiorizada no livro didático.

Deve-se destacar nesta pesquisa, que o sistema educacional dominador e opressor tem como base a negação de toda a performance africana seja na linguística, cultura, hábitos, religião ou até mesmo características ou ideias que levam a um senso crítico sobre as formas de negação de povos africanos.

De acordo com Munanga (2005, p. 15), os livros e outros materiais didáticos visuais e audiovisuais carregam os mesmos conteúdos viciados, depreciativos e preconceituosos em relação aos povos e culturas não oriundos do mundo ocidental. O livro didático pode ser considerado um dos principais meios de manutenção de poder e dominação de uma cultura eurocêntrica e discriminatória que permeia o uso e costumes da elite, tornando iminentes seus interesses de classe dominadora. Assim o livro didático, aqui em especial o de história, torna-se o principal veículo de dominação. Tourinho Junior (1995) destaca que.

São os livros didáticos que estabelecem grande parte das condições materiais para o ensino e a aprendizagem nas salas de aula de muitos países através do mundo, considerando que são os textos destes livros que frequentemente definem qual é a cultura legítima a ser transmitida. Tourinho Junior, p.4 (apud Apple, 1995, p.81-82)

Infelizmente, como agentes educadores, formadores de opinião notamos que o racismo e a discriminação se tornam visíveis no sistema educacional, principalmente, nas séries

iniciais do ensino fundamental (Fiabani e Fiabani, 2020, p. 5) destaca-se que a escola tem sido o lugar onde a criança negra tem tido as primeiras experiências negativas quanto ao racismo, na escola, geralmente as crianças negras não são ouvidas mesmo quando vítimas de discriminação.

Aqui cabe, por exemplo, diferenciar as práticas racistas na escola do *bullying* escolar, visto que o primeiro tem relação direta com atitudes e comportamentos de preconceito e discriminação racial e o segundo tem como centro atitudes e comportamentos voltados para o seio escolar, movidos por agressões verbais, físicas e psicológicas, que não se restringem apenas às pessoas de pele negras, mas que têm uma abrangência mais ampla.

O racismo não se constitui com a mesma essência do *bullying*, mas tende a provocar o dano maior e mais abrangente. O racismo na escolar é movido de agressões verbais, psicológicas e física, principalmente com alunos de pele negra, e produz um dano que não se limita apenas no meio escolar, mas se estende a toda a sociedade e não possui uma localização precisa, mas tem como objetivo o amordaçamento dos povos negros e suas conquistas.

Neste ponto, notamos que o sistema educacional para continuar disseminando seus métodos de comportamento social usa de forma meticulosa e arbitrária o maior veículo de discriminação, a educação.

A ação pedagógica, enquanto ação de inculcação de valores, consiste em uma ação paulatina e articulada que é exercida com o objetivo de impor um determinado modelo de convivência, possibilitando, dessa forma a socialização dos indivíduos via sistema educacional. Ao adotar como característica a ideia de instrumento de transmissão de conhecimento, o livro didático passa a desempenhar, através dessa transmissão uma ação pedagógica com o objetivo de impor concepções de mundo tidas como legítimas. O conhecimento transmitido pelo livro didático seria, pois, um instrumento importante na execução dessa ação pedagógica (Tourinho Junior, 2005, p. 5).

Fica evidente que a escola, por meio de performances traçadas por sistemas governamentais, dissemina em toda a sociedade, através do livro didático, formas de convivências sociais, que tendem a priorizar a cultura branca e minimizar todo o tipo de manifestações étnico-raciais. O aluno negro em sala de aula partilha um ensino totalmente diferente da sua história, pois possui um *capital* cultural Bourdieu (2007), significativamente carente. Segundo Tourinho Junior (2005):

[...] todo conhecimento, ao ser formulado, traz em seu bojo um conjunto de elementos que possibilita uma variação dos significados existentes e uma transgressão do seu significado original. Possibilitando assim um modelo próprio de análise social, criando estereótipos, ideologias em uma cultura dominante inapropriada aos povos africanos (Tourinho Junior, 2005, p. 6).

Em toda a sociedade podemos ver vestígios de pessoas preconceituosas, praticados por uma parcela da sociedade bem significativa. Sabemos que não é suficiente apenas o direito

à educação ou trazer em sua bolsa uma variedade de livros, que tem como objetivos modelar, ressignificar e descaracterizar sua história com pessoa, ir para a escola todos os dias e cantar o hino nacional, que não faz nenhuma referência ao negro ou indígena e por fim inculcar um discurso de patriotismo “de um povo heroico” cujas telas artísticas³³ só valorizam a imagem do homem branco.

Isso já acontece na prática. Torna-se necessária a fiel relação com costumes afro-brasileiros e africanos, sustentar a ideia que não se deve julgar alguém simplesmente pelo fato de a cor da pele ser negra, devemos intervir nestas questões e mostrar que o homem e mulher negros devem, acima de tudo, serem respeitados em todos os seus aspectos. O livro didático deve apresentar a cultura africana e suas alteridades culturais em todo o livro didático, para que assim o aluno possa perceber que a educação interage e faz relação com seu dia a dia.

O sistema ocidental contaminou todo o mundo com seu processo colonizador e discursos marginalizados sobre os povos africanos, como sendo pessoas sem nenhum tipo de organização social ou cultura importantes a oferecer. Infelizmente, a África que conhecemos hoje através de materiais produzidos por filósofos, antropólogos, sociólogos já não dispõem de uma visão histórica original. Por isso, é indispensável fazermos uma citação a respeito de como o modelo colonizador ocidental dispersa os valores culturais e ideais africanos.

A África sempre foi alvo de muitas críticas e formulações ao longo do tempo, história criada por um sistema ocidental que, segundo Quijano (2009), se encarrega de desenvolver uma ação de inculcação de valores coercitivos ou por meio de discursos, que vai além de palavras referidas por uma pessoa ou um grupo dominante, traduzindo-se em uma forma de implantar no imaginário social uma imagem dos povos africanos como inferiores, formas de ver, estar e se localizar na sociedade, reduzindo todos os povos africanos ao nada, a incivilizados. Como sendo um povo que estavam longe de um modelo de civilização ideal. Uma enorme demarcação de terras sem uma utilidade óbvia. Assim se estruturavam o pensamento ocidental colonizador.

Esse processo civilizador se adentra na África como um poderio devastador, que se dissemina para todo o mundo, desde então, foram criados estereótipos a respeito dos povos africanos.

Finalmente, se a nível cultural e religioso, o empreendimento colonizador difundiu, através das escolas, das igrejas, da imprensa e dos meios audiovisuais, novas atitudes contraditórias e modelos profusamente complexos em termos de cultura, de valores espirituais e respectiva transmissão, também quebrou o esquema culturalmente

³³ Tela “Independência ou Morte” do artista brasileiro Pedro Américo (1888), que eternizou o que teria sido o marco do fim da colonização portuguesa no Brasil.

unificado e religiosamente integrado da maioria das tradições africanas (Bimwenyi, 1981, p. 9).

Neste ponto, entendemos como se estruturam as formas de manutenção de poder ocidental sobre o continente africano, constatando-se que o discurso colonizador não se limita apenas a uma voz ativa em meio a um povo ou o processo educacional. Quijano (2009, p. 73) sustenta que “a colonialidade aplica-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, matérias e subjetivos, da existência social cotidiana”. Haja vista, que se constitui numa estrutura formuladora de visões de mundo trabalhando em prol de construir um modelo de produção e uma imagem marginalizada dos povos africanos. A África foi totalmente modelada pelo sistema ocidental e em nossa contemporaneidade já não mais reconhecemos os traços africanos originais. E muitas das vezes, quaisquer análises feitas por filósofos ou antropólogos em sua maioria partem de bases eurocêntricas.

A partir desse momento, as formas e formulações da cultura colonial e os seus objetivos transformaram-se, de alguma maneira, em meios de banalizar todo o modo de vida tradicional e o seu enquadramento espiritual. As transformações possíveis e necessárias significaram que a mera presença dessa nova cultura era para a rejeição de pessoas inadaptadas e de mentes confusas (Mudimbe, 2019, p. 9).

O processo colonial com sua pedagogia colonizadora daí por diante se introduzem suas transformações e formas de dominação e processo de discursos de implantação de vertentes ocidentais. O discurso de marginalização e descaracterização dos povos africanos se dissemina dessa maneira por todo o mundo. Nisto povos africanos ou descendentes sofrem por motivo de um discurso impositivo que ao longo do tempo se tornou, mais que uma verdade no imaginário social das pessoas.

Mediante isso, ficamos com uma pergunta inculcada na cabeça. Como podemos contribuir para proporcionar a igualdade e o direito à educação de qualidade para povos africanos e afrodescendentes? E como combater o racismo e a discriminação se existe uma variedade de estudos e vertentes europeias em nossa formação social que formulam um pensamento africano longe da real história. notamos que como Eugênio propõe fazer uma análise sobre o preconceito e discriminação no imaginário social. Todavia, “o preconceito tem consequências em todos os níveis da vida social; suas marcas permanecem, por isso, é preciso entender melhor como ele se expressa, para, assim, sabermos como combatê-lo e lidar com seus estragos” (Eugênio, 2020, p. 18). O livro didático constitui um elo importante na corrente do discurso da competência o lugar do saber definido, acabado e, dessa forma, fonte única de referência e contrapartida dos erros das experiências de vida (Teixeira. apud Vesentini, 2007).

Teixeira (2007) destaca que o livro didático em geral se torna a única fonte de leitura do aluno tornando assim a ferramenta de construção de conhecimento e saber do aluno. E o local em que as percepções se torna únicas e definidas, de forma linear traz um saber definido. Que se sustenta de forma que não em estar em pauta a visibilidade das culturas e formas de vidas dos povos negros africanos e afro-brasileiros e suas alteridades. Pois em todo o processo de construção a imagem do homem ou da mulher negra nunca se encontra em altivez e sim se visualiza como imagem de sofrimento e dor.

O livro didático age de forma simulada na preservação de um sistema desigual e discriminatório não dando assim a oportunidade para quem é de direito contar sua história. E nesse plano que destacasse que a escola deve ser o principal centro no combate ao racismo e a discriminação, pois se encontra em uma posição central socialmente.

Torna-se importante a temática até o momento desenvolvida, em forma analítica e proativa, como o preconceito se centraliza na sociedade através de vários mecanismos e, por fim, na educação brasileira. Na próxima seção, destacaremos a importância do ensino da cultura africana e o papel da escola no combate à discriminação racial.

O PAPEL DA ESCOLA NO COMBATE À DISCRIMINAÇÃO RACIAL.

Segundo Munanga (2005, apud Joseph Kizerbo, p. 16), “Um povo sem história é um como um indivíduo sem memória, um eterno errante”. Precisamos entender que o desenvolvimento de questões étnicas raciais na escola não deve apenas trazer um destaque conceitual de raças, ou apresentar o aluno negro como diferentes dos demais. Principalmente, nos discursos desenvolvidos por professores que em muitos casos seu preparo é mínimo para tais questões e não usufrui de formação continuada, pois mesmo que conscientemente ou inconscientemente são introjetados em sua formação, formas de análises totalmente preconceituosas, tendo uma linguagem educacional totalmente discriminatória.

A escola deve partilhar de um sentimento de acolhimento do povo negro, pois depois de seu meio familiar a escola se torna o principal meio de convivência social. Fiabani e Fiabani (2019), “No caso do aluno negro, a História, a Geografia e a Literatura torna-se fardos pesados quando priorizam o eurocentrismo.”

Por outro lado, a história a respeito dos povos negros estar se reformulando, e novas formas estão sendo expostas para o destaque das culturas e combate ao racismo na escola, e diante disso a escola está se tornando um plano de debate e resistência na sociedade. A escola a cada dia estar se reformulando para atender melhor as variadas classes sociais que a compõe.

Movimentos negros já ganham um espaço significativo entre alunos e professores, se torna uma via de manifestações sociais. Principalmente com a conquista de um direito próprio que foi a lei 10.639/03. Possibilitando maior abrangências aos povos negros. Assim abre um precedente para, além de ser combatido o racismo na escola, de igual modo pode fazer o destaque a valorização do homem e da mulher negra.

Torna-se necessário fazer com que “negros e brancos” estejam em um mesmo patamar de aprendizagem e de respeito com os demais alunos. A escola ainda é e vai continuar o maior campo de combates às desigualdades sociais, o local de resgates as memórias.

A escola é um espaço de sociabilização, troca de conhecimentos e aprendizado, que tem impacto direto na vida de crianças e adolescentes. Junto com a família, a escola é um dos principais agentes na formação desses indivíduos, por isso é importante que a educação livre de qualquer preconceito racial seja intrínseca ao currículo escolar (Urânia, 2021).

Segundo Urânia (2021) destaca que sem sombra de dúvida o sistema educacional brasileiro continua sendo o local de efervescência das desigualdades sociais em nosso país, principalmente, no que tangem as classes menos favorecidas e alunos negros, em meio a essa turbulência a escola se encontra em meio a um combate aos discursos contidos no livro didático e também os estereótipos exercidos dentro da escola. O que fazer?

Nesse momento devemos desenvolver um diálogo trazendo um resgate das memórias africanas e afrodescendentes, fazendo com que tanto os alunos “negros e brancos” todos venham perceber que a cor da pele não nos faz, mas importantes que os demais, e que ninguém nasce racista.

Em meio a todas essas explanações sobre as formas de sustentação de veículos que agem contra a disseminação do racismo, destacamos que o livro didático se torna uma das maiores causas das perpetuações das desigualdades e discriminação social como principal meio nesse plano. Para Diniz, Silva e Lima (2020) “o racismo é uma questão que precisa ser abordada constantemente no âmbito escolar, visto que, se trata de uma prática, que de certa forma, é camuflada no país, como fosse apenas no imaginário de alguns indivíduos”. Infelizmente no sistema escolar, o racismo tem se disseminado de forma devastadora, pois a estrutura escolar ainda caminha a passos lentos em respeito a essa problemática, “talvez porque o racismo seja tal qual um vírus mutante, que evolui em diferentes formas e em contextos diversos, tornando-se mais difícil de reconhecer e combater” (Dovidio & Gaertner, 1998; Vala & Pereira, 2012, p. 79).

O destaque que Dovidio & Gaertner (1998) fazem é que seja qual forem as formas de racismo, em sua íntegra, todos agem de forma perigosa e ameaçam o bem-estar social. Assim

se torna viável o desenvolvimento, não apenas de atividades curriculares, em forma de exercícios avaliativos, mas também de projetos escolares, filmes, gincanas, etc. Estabelecer meios na escola com o objetivo de detectar o racismo, se torna mais difícil de combatê-lo ainda. Devem assim propor aos alunos um sentimento de valorização e reflexão da identidade do homem e da mulher negra destacando análises sociais a respeito do racismo e discriminação. Diniz, Silva, Lima (2020.p, 4) a escola é de grande importância, pois, é o primeiro espaço de convívio de grupos numerosos, na qual, as crianças passarão a fazer parte, e certamente é onde começam a aprender a respeitar e a conviver com o diferente. Das condições socioeconômicas da criança negra, o espaço escolar traz um sentimento de mundo melhor.

Nisto a escola vem desenvolvendo um processo que tende a amplificar muitas questões sobre o racismo e a discriminação, não apenas em formas avaliativas e contextuais, mas de forma que venha a quebrar as barreiras impostas pela sociedade, que divide os africanos e afrodescendentes do restante da sociedade. Para Diniz, Silva e Lima (2019), “se torna até repetitivo o desenvolvimento de atividades referentes às questões étnicas raciais apenas em data comemorativa, como no Dia da Consciência Negra”.

A escola se encontra em um plano central para assim destacar a importância da implementação do livro didático de história, construindo assim um pensamento social brasileiro esclarecedor e prezando pelas diferenças dos povos e o fortalecimento das culturas, pois mediante todos os destaques a respeito da cultura africana, racismo e discriminação, pretendemos problematizar como a história do povo negro na escola e na sociedade, através do desenvolvimento do livro didático de história.

Notamos como o livro didático aqui em questão - o de história - encontra-se em um plano central na formação social e no planejamento das culturas africanas e afro-brasileiras em desenvolvimento da educação básica, em especial a imagem do aluno e também que não podemos deixar de fora a do professor, pois interagem não apenas no plano expositivo de temas ou planos de exercícios. No entanto, torna-se visível como veículo de formação de ideias no imaginário social, viabilizando um único caminho para o pensamento social, pois o mesmo não propõe suprir as necessidades das classes menos favorecidas com baixo nível de capital cultural, em questões a classe negra. Mas expõe um modelo único de saber e de se fazer história.

3. O DESTAQUE DA LEI 10.639/03 NO LIVRO HISTÓRIA SOCIEDADE E CIDADANIA DO SEXTO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

A lei 10.639/03 foi a resposta de muita luta e combates do movimento negro em todo o país. que através disto, foi instituída a aplicação do ensino de cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar, em instituições públicas e privadas, tornando assim possível, que seja reconhecida a diversidade histórica e cultural dos povos africanos, formulando assim um desenvolvimento de atividades dentro da escola com professores e alunos, visando o fortalecimento histórico-cultural de povos africanos e afro-brasileiros.

Sabemos que isso ainda não é suficiente para formar uma consciência sem preconceito, principalmente, neste período sócio-político de afogamentos das culturas afros e racismo, notamos que a escola é um local estratégico de muita influência para desenvolvermos com os alunos um pensamento crítico e que respeite as diferenças, pois mesmo depois de vinte e dois anos os desde a implementação da Lei 10.639/03 no currículo escolar, não obstante o conceito aplicação do currículo muitas das vezes tido como longe da realidade em si. Sendo que que o próprio rege toda a aplicação e desenvolvimento do estudo, aqui em especial o livro de história, o currículo relaciona-se com a instrumentalização concreta que faz da escola um determinado sistema social, pois é através dele que lhe dota de conteúdo, missão que se expressa por meio de usos quase universais em todo o sistema educativos (Sacristán, 2000, p. 15).

Essa lei é um marco histórico para a educação e a sociedade brasileira por criar, via currículo escolar, um espaço de diálogo e de aprendizagem visando estimular o conhecimento sobre a história e cultura da África e dos africanos, a história e cultura dos negros no Brasil e as contribuições na formação da sociedade brasileira nas suas diferentes áreas: social, econômica e política (Mazrui e Wondji, 2010, p. 8).

Em nosso país as escolas da rede pública vivem muitas das vezes uma carência no sistema de ensino, resultando no atraso da entrega do livro didático para professores e alunos, resultando em deficiência de ensino na sala de aula. Através disso o livro aqui problematizado se torna uma das ferramentas, mas importante no desenvolvimento da lei 10.639/03, pois nas maiorias dos casos é o único material didático ofertado para o aluno. Pois o livro didático de história juntamente com o professor se torna aliados na aplicação da lei aqui já destaca e no combate à discriminação social. Segundo (Bezerra e Negreiro, 2014, p. 105) O continente africano vem sendo trabalhados, mas de modo pontual. Tais experiências são importantes, são frutos do fazer dos docentes, o que quebra com o imobilismo frente à omissão do estado e município em aplicar as políticas de ações afirmativas.

Pretendemos trazer nesta sessão algumas análises sobre as formas estruturais que se apresenta a Lei 10.639 no livro *História, Sociedade e Cidadania*, da editora FDT, publicado no ano 2018, voltado para o estudo de quatro séries do ensino fundamental. Pretendendo assim esclarecer ao leitor como estão estruturados os capítulos, imagens e o trecho do livro

predestinado a tratar do que manda a Lei 10. 639/03, para esse trabalho escolhemos o livro trabalhado no sexto ano do ensino fundamental, como observaremos, a seguir, na figura 01:

Figura 1: Capa do livro *História, Sociedade e Cidadania*



Fonte: Boulos Júnior, 2018).

A figura mencionada acima retrata a festa do Divino Espírito Santo, que ocorre em vários estados no país, trazida pelos portugueses no período da colonização do Brasil hoje se tornou uma cultura popular que ocorre todos os anos. Um exemplo da força colonizadora em suprimir culturas locais e sobrepôr uma cultura dominante e o que vemos neste trabalho a seguir.

Constatou-se no livro didático de história, de Alfredo Boulos *História, Sociedade e Cidadania*, utilizados no sexto ano do ensino fundamental da escola municipal Célia Cristina, da editora FTD, tem em seu plano temático 12 capítulos e 5 unidades. Iniciando o primeiro capítulo com título *História e Tempo*, e finalizando o último capítulo (capítulo doze): *Feudalismo: Sociedade Cultura e Religião*, sobretudo no capítulo de número 5, que foi dedicado a trabalhar o que determina a Lei 10.639/03. Possui 21 páginas (da página 66 a página

90), mantendo uma historiografia da África setentrional, enfatizando com mais peso, a cultura do Antigo Egito, sua cronologia, economia e política, religião e arquitetura.

Notamos que no capítulo 5, que deve tratar da Lei 10.639/03. Das 26 páginas, designadas para apresentar a Lei 10.639/03, 17 páginas tratam sobre a cultura, economia, política, religião e formas de governo do antigo Egito, mais da metade das páginas estão propositalmente desenvolvidas para manter um discurso dominante e inibir as culturas africanas e afro-brasileira que dever ser exposto pelo que rege a Lei 10.639/03.

De início, já conseguimos perceber um destaque literário para a história do Antigo Egito, que de início já dispõe o primeiro subtítulo como: Egito e Kush. Mediante isto, o capítulo se inicia na página 66, finalizando na página 90 com uma série de questionamentos a respeito das características do Egito, por exemplo: “Você sabe em que continente fica o Egito?”; “Qual o principal rio egípcio? O Nilo, é o segundo maior do mundo?” (Boulos Júnior, 2018, p. 66). Destaques como rios, fauna e animais do Egito antigo já se encontram em cena nas primeiras linhas do capítulo. Surge uma indagação: Por qual motivo destaca-se no capítulo proposto para tratar da Lei 10.639/03, inicialmente a cultura do Antigo Egito?

Percebe-se que trazer questionamentos no início do capítulo sobre o antigo Egito, faz com que os alunos construam uma ideia sobre a África, com um moto de partida acionado, um pensamento já delineado que o antigo Egito se torna algo “desvinculado” do continente africano ideologicamente movido de riquezas e prosperidade (Sacristán, 2000, p. 17). De alguma forma, o currículo reflete o conflito entre interesses de classes (dominantes e dominados), dentro da nossa sociedade, e os valores dominantes que regem os processos políticos e educacionais, da qual veremos na imagem a seguir.

Figura 2: Sumário do livro *História, Sociedade e Cidadania*

SUMÁRIO	
UNIDADE I	
CAPÍTULO 1 HISTÓRIA E TEMPO 8	
O que a História estuda?..... 8	
Tempo.....11	
O calendário cristão.....12	
O tempo histórico.....14	
Uma periodização.....18	
ATIVIDADES.....20	
CAPÍTULO 2 FONTES E CONHECIMENTO EM HISTÓRIA..... 23	
As fontes da História.....24	
O conhecimento histórico.....26	
A colaboração de outros profissionais.....27	
Quem faz a História?.....28	
ATIVIDADES.....31	
CAPÍTULO 3 OS PRIMEIROS POVDADORES DA TERRA..... 36	
Sobre a origem do ser humano.....37	
O criacionismo.....37	
O evolucionismo.....38	
Os primeiros homínidos.....40	
O <i>Homo sapiens sapiens</i>41	
Caçadores e coletores.....42	
O domínio do fogo.....43	
Agricultores e pastores.....44	
Idade dos metais.....47	
ATIVIDADES.....48	
CAPÍTULO 4 PRIMEIROS HABITANTES DA AMÉRICA..... 52	
Da África para outros continentes.....53	
Como chegaram?.....54	
Descobertas sobre a presença humana na América.....55	
Os estudos de Niède Guidon.....56	
Os habitantes das terras americanas.....58	
Caçadores e coletores.....59	
Agricultores da Amazônia.....62	
ATIVIDADES.....63	
UNIDADE II	
CAPÍTULO 5 EGITO E KUSH..... 66	
África: organizações políticas.....67	
Cotidiano no Antigo Egito.....68	
O Império egípcio.....70	
Periodização.....70	
Sociedade e poder.....72	
O faraó.....72	
Os altos funcionários e os sacerdotes.....73	
Artesãos, comerciantes e militares.....75	
Os camponeses e os escravos.....76	
A religiosidade egípcia.....77	
O Reino de Kush.....79	
Características do Reino de Kush.....80	
A escolha do rei.....81	
Candace, a mulher na política.....82	
Economia e sociedade.....83	
ATIVIDADES.....87	
CAPÍTULO 6 MESOPOTÂMIA..... 91	
Os sumérios e os acádios.....93	
A escrita e as leis.....93	
Os amoritas.....95	
Os assírios.....97	
Os caldeus.....98	
Sociedade e poder.....100	
Economia: o campo e a cidade.....101	
ATIVIDADES.....103	
CAPÍTULO 7 POVOS INDÍGENAS DA AMÉRICA..... 107	
Espaço e diversidade cultural.....108	
O Império Asteca: conceito e localização.....109	
A cidade de Tenochtitlán.....110	
Esporte e saúde.....111	
Os maias.....112	
As cidades-Estado maias.....113	
Os incas.....115	
As cidades incas.....116	
Indígenas das terras onde hoje é o Brasil.....118	
Conhecendo os povos indígenas.....119	
Diferenças entre os indígenas.....120	
Semelhanças entre os indígenas.....122	
ATIVIDADES.....123	



Fonte: Boulos Júnior, 2018).

No âmbito da lei aqui problematizada se torna necessário que o conteúdo assim desenvolvido pelo docente seja de acordo com as necessidades que convém no desenvolver da questão estabelecida. O livro expõe um conteúdo diferente da realidade proposta de cunho eurocêntrico, pois quase todo o capítulo que deve desenvolver a Lei 10.639/03, se detém na História do Egito, como podemos observar na figura 2 acima.

Observamos que o objetivo de tamanha ênfase no capítulo e apenas sobre o Egito, construindo somente uma linha de ensino sobre uma cultura específica em si, a do Egito que se afasta das histórias do continente africano. Constata-se que no desenvolver do capítulo 5 que

deve ser o marco histórico sobre as culturas africanas é contemplado de forma dividida: de um lado história do Egito; de outro lado, história do reino de Kush. É destacado pelo livro, o cotidiano do Antigo Egito, características como: escoamento de produção e agricultura as margens do rio Nilo, principal via de deslocamento de mercadorias.

Encontramos outros aspectos presentes no subtema *Cotidiano no Antigo Egito*, que transcreve como o antigo Egito se formava e como se caracterizavam as suas atividades, nisto contata-se que o Egito foi uma civilização produtora de muitas riquezas minerais e que em si, tornou-se uma civilização fascinante. Daqui por diante, quase todo o capítulo, se limita apenas em reproduzir um discurso dominante

Percebemos que a implementação da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar, não se desenvolve na íntegra no livro didático de Boulos Júnior (2018). Pois, a ideia de que a África é um país (e não um continente) se consolida, quando em um capítulo do livro, do qual deve enunciar o destaque do tema, se circunscreve com maior ênfase a história e cultura do Egito antigo. Notamos que, até o presente momento, estamos fazendo apenas citações das principais características contidas no livro, referente ao Egito, seus reinos, sociedade, império etc.

Figura 3: Imagem do cotidiano do antigo Egito



Fonte: Boulos Júnior, 2018.

A Lei 10.639/03 foi criada para reforçar o combate ao racismo e a desigualdade com seu conteúdo que deve estar presente no livro didático. Toda a esquematização e planejamento dos conteúdos propostos no livro didático de história, não se encontra por acaso, tudo tem uma mensagem a ser transmitida a ser absorvida pelo aluno e professor mesmo que consciente e inconsciente.

Constata-se a necessidade na programação e desenvolvimento da cultura e religião africanas e afro-brasileiras, com mais contextualização no currículo escolar, principalmente, das características da África subsaariana que corresponde ao sul do continente e se localiza ao sul do deserto do Saara. Possibilitando estabelecer uma relação entre a história africana e a história brasileira. O que observamos em todo o livro e principalmente, no capítulo 5, intitulado *Egito e Kusch*.

O que é proposto pelo autor do livro, Alfredo Boulos Júnior, ao fazer menções sobre o Egito e Kush está ligado mais a questões históricas, datas e achados arqueológicos e formas de governos etc., constata-se uma falta de relação entre os fatores históricos e a cultura, pois desta forma teríamos oportunidade de expor o conteúdo com os alunos com maior êxito. Ao analisarmos os modos de vida cultural de um povo e suas características sociais, devemos destacar que não se deve fazer uma separação social no que é cultura de branco e o que é cultura

de negro, até porque não existem essas diferenciações no plano das necessidades humanas. Todos necessitamos exercer ações individuais e coletivas nas realizações de nossas práticas sociais, assim, homens e mulheres negra(s) também são pessoas livres no seu modo de pensar, agir e se desenvolver na sociedade, sem balizarmos quem deve permanecer em sua cultura.

A ação pedagógica, enquanto ação de inculcação de valores, consiste em uma ação paulatina e articulada que é exercida com o objetivo de impor um determinado modelo de convivência, possibilitando, dessa forma a socialização dos indivíduos via sistema educacional (Tourinho Júnior, 2015, p. 21).

Mediante análises e constatações nos percursos desta pesquisa, notamos que no decorrer dos capítulos do livro, se encontra uma série de questões que confirmam o afastamento das culturas africanas e afro-brasileiras do perfil social. Mesmo ainda não sendo constante o destaque da cultura afro ou as variadas formas de relações de povos afrodescendentes, a Lei 10.639/03 se torna um fator relevante na aplicação das metodologias sobre questões étnicas raciais. Notamos que em sua construção todos os conteúdos propõem dinamizar um ensino e uma ideia social, mesmo não mantendo relação com a África Negra. E quando se apresenta no decorrer do livro didático de história, a imagem a respeito ao povo negro, nos chama atenção, é que retratar as imagens apenas como meios de ilustração e não como construção social.

O livro didático de história transmite um modelo geral dos povos negros, que além de alienar os alunos retratando uma história dos povos africanos que não é particular de seus descendentes, mas reflexo do olhar do colonizador, pode causar nos alunos negros, sobretudo, um desconforto quando refletem criticamente sobre a importância da história do negro no mundo, pois dificilmente se acham contemplados na História que está sendo estudada. Nisto destacam-se que a História do Brasil e a História da África possuem uma relação entre várias vertentes, principalmente no que tangem as religiões e suas culturas. Pois em todo o território brasileiro conseguimos encontrar marcas culturais de povos negros e seus descendentes. Vejamos a permanência na perpetuação da cultura eurocêntrica, pois em momento algum o capítulo do livro que foi designado para tratar da cultura africana e afro-brasileira, fazer menção a história de combates e resistências de povos negros em nosso país.

Vejamos que a implementação da Lei 10.639/03 não deve se limitar somente em um capítulo de livro, mas deve estar presente ao combater o racismo e a discriminação e construir uma imagem na íntegra do homem e da mulher negra em todo o livro, pois a educação além de reforçar as desigualdades, também podem ser canalizadas para tornar os povos negros dignos de total liberdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada ao longo deste trabalho evidenciou que o livro didático de História ainda transmite um modelo generalizante sobre os povos negros, produzindo distanciamento e estranhamento entre os estudantes afrodescendentes. Ao apresentar uma narrativa homogênea da África e de seus povos, desvinculada das experiências concretas de seus descendentes no Brasil, o material didático acaba por reforçar sentimentos de não pertencimento. Muitos alunos não se veem contemplados na história ensinada, o que compromete a construção de sua identidade e enfraquece o vínculo com o processo educativo.

Verificou-se, ademais, que a relação histórica entre Brasil e África é profunda e multifacetada, especialmente no que diz respeito às práticas religiosas, culturais e sociais. Em todo o território brasileiro encontram-se marcas significativas das contribuições africanas, seja na linguagem, na culinária, na musicalidade, nas manifestações religiosas ou nas formas de organização comunitária. No entanto, essas contribuições nem sempre são abordadas de maneira estruturante nos livros didáticos, permanecendo, muitas vezes, restritas a capítulos isolados, o que reforça a permanência de uma perspectiva eurocêntrica no currículo escolar.

Observou-se também que, mesmo quando há um capítulo destinado à cultura africana e afro-brasileira, raramente se destacam as histórias de resistência, luta e protagonismo dos povos negros no Brasil. A ausência dessas narrativas contribui para a invisibilização de sujeitos históricos que desempenharam papel fundamental na construção do país. Ao silenciar os processos de combate à escravidão, de organização comunitária e de afirmação cultural, o material didático acaba por perpetuar estereótipos e por reduzir a complexidade da experiência negra.

Nesse sentido, a implementação da Lei 10.639/03 não pode se limitar à inserção pontual de conteúdo em um único capítulo. Trata-se de uma proposta de transformação curricular ampla, que exige a integração da história e da cultura afro-brasileira e africana em toda a obra didática e em todas as etapas do ensino. Mais do que cumprir uma exigência legal, é necessário assumir o compromisso de combater o racismo e a discriminação, promovendo uma imagem integral do homem e da mulher negra como sujeitos históricos, produtores de conhecimento, cultura e civilização.

A escola, por sua vez, deve compreender os alunos não como objetos passíveis de formatação ideológica, mas como sujeitos históricos, dotados de sensibilidade, identidade e experiências próprias. A valorização das diferenças é elemento essencial para o desenvolvimento social e para a construção de uma convivência pautada no respeito e na

alteridade. Contudo, como aponta Bourdieu (2007), a instituição escolar pode tanto reproduzir quanto legitimar desigualdades, sobretudo quando o currículo atende prioritariamente aos interesses de uma elite e mantém estruturas simbólicas que favorecem a cultura dominante.

Conclui-se, portanto, que há necessidade urgente de revisão crítica dos conteúdos e das abordagens presentes nos livros didáticos de História. É fundamental romper com a lógica eurocêntrica e com os estereótipos historicamente construídos sobre os povos africanos e afro-brasileiros, garantindo uma educação que reconheça suas contribuições e sua centralidade na formação da sociedade brasileira. Somente por meio de uma prática pedagógica comprometida com a equidade e com a valorização da diversidade será possível transformar a escola em um espaço de emancipação, e não de reprodução das desigualdades sociais e raciais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA, Rosilda Alves; NEGREIRO, Carlos Alberto de. A Lei 10.639/03 e 11. 645/08 e o ensino de Literatura Afro-brasileira e africanas nas escolas publicas de ensino fundamental e médio. In: ARRUDA, Luciene; BEZERRA Rosilda; CHAGAS, WALDECI Ferreira (Orgs.). **interface dos saberes, formação docente e diversidade cultural**. João pessoa: Ideia, 2014.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História sociedade & cidadania: 6º ano: ensino fundamental: anos finais**. 4ª Ed. São Paulo: FDT, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos da educação**. 9.ed, - Petrópolis, RJ; Vozes, 2007.

Combate ao racismo e Educação: qual o papel da escola na redução da discriminação racial? Urânia, 2021. disponível em: <https://horario.com.br/blog/combate-ao-racismo-e-educacao-qual-o-papel-da-escola-na-reducao-da-discriminacao-racial/> Acesso em: 14 de julho de 2021.

DINIZ, Maria Daniele Coentro; SILVA, Amanda Amorim; LIMA, Karla Dominique Sousa de. Reflexão sobre a importância da escola no combate ao racismo, **VI Congresso Nacional de Educação**, CONEDU, 2020.

DOVIDIO, J. F. & GAERTNER, S. L. On the nature of contemporary prejudice: The causes, consequences, and 'challenges of aversive racism. In J. L. Eberhardt & S. T. Fiske (Eds.), **Confronting Racism: The problem and the response** (pp. 3-32). Califórnia: SAGE, 1998.

EUGÊNIO, Marcus Oliveira Lima. **Psicologia social do preconceito e do racismo**. São Paulo: Blucher Open Access, 2020, 142p.

FIABANI E FIABANI, Adelmir e Tainá. **A Dor do inocente: Implicações do racismo para a criança negra**. Em favor de igualdade racial, Neabi / ufac, agost/2020.

FREITAG, Bárbara et alii. **O livro didático em questão**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

JAROSKEVICZ, Elvira Maria Isabel. Relações Ético-Racial, história, cultura africana e afro-brasileira na educação pública: da legalidade à realidade. In: **O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense**. Volume 1, Paraná: Governo do Estado (Cadernos PDE), 2007.

LIMA, Hanna Karoline Macedo de. **A importância de trabalhar o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana em sala de aula**. Cabaceiras/PB: UFPB, 2016.

MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. **História geral da África**, VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010.

MUDIMBE, V. Y. **A invenção da África**. Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na Escola**. 2ª edição revisada. Brasília: ministério da Educação, secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e diversidade, 2005.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SILVA, Alberto da costa. **A África explicada aos meus filhos**. Rio de janeiro: Agir, 2008.

TEIXEIRA, João Paulo de oliveira. **A eficiência e/ou ineficiência do livro didático no processo de ensino-aprendizagem**. PUC-RIO BRASIL.

TOURINHO JÚNIOR, Washington. **IMPOSIÇÕES NEGOCIADAS: Poder, Saber e inculcação de valores do Livro Didático de História – uma análise dos livros adotados pelo PNLD para o Ensino Médio no biênio 2010/2012**. Assis/SP: Universidade Estadual Paulista, 2015 (Tese de Doutorado).

VALA, J., & PEREIRA, C. Racism: An evolving virus. In: F. Bettencourt, A. J. Pearce (Eds.) **Racism and ethnic relations in the portuguese-speaking world** (pp. 49-70). New York, NY: Oxford University Press, 2012.